



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: JULIANA CARDOSO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 29 DE JUNHO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Orador não identificado

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Olá, povo de luta. Boa tarde. Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro aberta a décima audiência pública semipresencial de 2022, convocada para hoje, dia 29 de junho, tendo como pauta as tratativas que estão ocorrendo entre a Prefeitura e o Instituto Butantan, situado na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 250, nos termos do Requerimento da Comissão de Saúde 11/2022, de autoria desta Presidente.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/, em Auditórios *Online*, no *link* Auditório Virtual, e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo.

As inscrições para a participação do público estão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 4 de junho de 2022. Teremos até as 15 horas. Então, hoje serei rigorosa em relação ao tempo, Luana, porque só há projeto polêmico. Aos 5 minutos para as 15 horas, temos que estar lá embaixo para fazermos obstrução ao projeto contra o funcionalismo público e a esse projeto maluco cujo nome não me lembro.

A SRA. LUANA ALVES – Auxílio Reencontro. É uma forma de desmontar o serviço de atendimento à população em situação.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Na prática, seria uma família adotar um morador de rua; ou seja, a assistência social não existe. Enfim, temos que estar lá embaixo aos 5 minutos para as 15 horas. Então, peço a cooperação de todos para sermos objetivos para darmos conta de ter a devolutiva da Secretaria, que também hoje está presente.

Estou feliz que o Ivan Cáceres esteja presente, representando o Secretário Luiz Carlos Zamarco, e peço que já venha compor a Mesa conosco. Convido também os Srs. Dimas Tadeu Covas, Presidente do Instituto Butantan e do Conselho Curador da Fundação Butantan, e Alessandro di Carlo, Chefe de Gabinete da Subprefeitura Butantã.

Conversei hoje no Instituto Butantan e fui informada de que eles hoje irão mandar um representante. Então, gostaria que o representante por favor se apresentasse, se estiver *online*, pois não me foi dito o nome, só que eles iriam encaminhar por escrito a resposta do ofício

confirmando a presença. (Pausa)

Também convidei o Sr. Davi, da Defensoria Pública, do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos. Também liguei hoje de manhã, não sei se há alguém presente ou se está *online*. Se estiver presente, peço que se identifique. (Pausa)

Também houve contato com o Conselheiro João Antonio, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que ficou de mandar um representante. Há algum representante presente ou *online*? (Pausa) Presentes *online* os Srs. Rosano Pierre Maieto e Francisco Scattolin Filho.

Também convidamos a Sra. Patrícia Moldan, Assessora da Gestão Participativa do Conselho Gestor do Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã. Está presente? (Pausa) Okay. Também presentes: José Carlos Ribeiro Gimenes, da Comissão Executivo do Conselho Municipal de Saúde; Adriana Ramos, membro da Comissão de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde; Sonia Hamburguer, do Conselho Gestor do Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã; e as trabalhadoras Vanessa Maria dos Santos, Risonete Fernandes e Luciana Pereira Dias.

Também contamos com a nossa companheira de luta, Vereadora Luana, que também está na ativa acompanhando *pari passu* a situação e que também esteve presente na primeira reunião realizada com o Instituto Butantan. Mais algum Vereador membro da Comissão presente? (Pausa)

No dia 24 de maio de 2022, quatro dias após a reunião com o Diretor-Presidente do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas, enviamos um ofício para a Casa-Civil devido à necessidade de compreender o que se fala a respeito da desocupação da área pertencente à Prefeitura de São Paulo. Tivemos a notícia, pelo Instituto Butantan, de uma obra, uma ação efetiva do Instituto passando pelo Ponto de Economia Solidária do Butantã, que funciona há muito tempo. Já passei por lá conhecendo, aprendendo. Em uma das ocasiões, tive o prazer de estar com Paul Singer, que também foi referência na economia solidária. Foi uma grande emoção para mim, pois já o conhecia, mas nunca tinha estado tão próxima dele, mesmo como Vereadora.

Estamos hoje com uma grande angústia – não só da parte da vereança, como também da comunidade -, tentando entender o que está acontecendo. Mesmo que tenhamos pedido, feito ofícios, mesmo que tenhamos dialogado com a Secretaria, Ivan, eu sempre falo, e aprendi nesta Casa, tudo que é falado *okay*, mas se não está no papel a vida não é fácil para ninguém.

Dentro dessa lógica, que eu fui aprendendo a duras penas, aqui, na Câmara, pensamos na realização dessa audiência pública, porque não queremos ser pegos de surpresa. Veja: quando as informações ficam desconstruídas, o que o corre? Ocorre que quando elas chegam, vêm organizadas de algum jeito, pois, se estão desconstruídas, alguém está manejando e não estamos juntos nesse encaminhamento. Por isso, não queremos, nem nós, Vereadores, nem a comunidade, nem os conselhos, serem pegos de surpresa. Então, por isso tudo, pensamos nessa audiência pública.

Por mais que o Instituto Butantan, na hora que liguei, me disse: "mas nós já tivemos uma reunião há um tempo", aliás, Gustavo, já temos o que eles mandaram de resposta? Lá do Instituto Butantã?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Sim. Mas ele falou que ia mandar a resposta por *e-mail* do convite que fizemos para eles.

A SRA. NATÁLIA AMBRÓSIO - Sra. Presidente, não sei se é o momento oportuno para me manifestar. Meu nome é Natália, fui destacada para acompanhar a audiência pública, aqui, pelo Butantã. Infelizmente, não conseguimos agenda do Dr. Dimas, então, oficialmente o Butantan não participa dessa audiência pública; não conseguimos agenda com a Diretoria; fui destacada para acompanhar vocês como ouvinte, em prestígio à Comissão e a todos os participantes, em nome do Dr. Dimas e da nossa Diretoria. Peço desculpas por não ter conseguido alinhar essas agendas.

Mas já nos colocamos à disposição para uma nova oportunidade para recebermos um novo convite e, eventualmente, participar ativamente.

Na reunião de hoje eu acompanho vocês, participo como ouvinte, pois não falo pela

Diretoria, mas estou acompanhando.

A SRA. LUANA ALVES - Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Só um instante. Natália, obrigada, deixe eu só dizer, veja, eu tinha conversado com o doutor....

A SRA. NATÁLIA AMBRÓSIO - Possivelmente o Dr. Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Dr. Paulo, exatamente, obrigada, de manhã. E ele me falou que não poderiam comparecer. eu insisti muito pela presença de vocês, pelo menos na escuta, porque a Secretaria de Saúde tem as suas novidades também.

É muito ruim porque foi demandado, desde a semana retrasada, o pedido de encontro com vocês. Claro que vamos manter a insistência para que o Instituto possa estar presente, pois vamos acompanhar tudo, afinal de contas, mesmo que seja relacionado a uma questão estadual, mas o serviço é público, é da Saúde, e nós, enquanto Vereadores, temos essa prerrogativa de fiscalização, de enxergar e ajudar a monitorar.

Agora, eu só não entendi. Você não é da diretoria. Qual é o seu cargo? E a Vereadora Luana Alves, antes de a senhora responder, tem uma pergunta.

A SRA. LUANA ALVES - Presidente, era exatamente isso. Só queria perguntar o nome completo e o cargo dela dentro do Instituto Butantan para que saibamos e registrar na audiência.

A SRA. NATÁLIA AMBRÓSIO - Claro, perfeitamente. Meu nome é Natália Ambrósio, sou funcionária da Fundação Butantan, que é a fundação de apoio ao Instituto. Fui destacada para participar com vocês pelo Dr. Paulo Capelotto. Acompanharei como ouvinte. Nós sabemos da importância da audiência pública, dos debates e, enfim, estou aqui para acompanhar com vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Seu cargo?

A SRA. LUANA ALVES - Isso. Seu cargo dentro da Fundação Butantan.

A SRA. NATÁLIA AMBRÓSIO - Fundação Butantan, sou advogada da Fundação Butantan.

A SRA. LUANA ALVES - Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Ótimo. Obrigada, Natália. Então, vou passar a palavra para a Vereadora Luana para suas considerações e, depois, vamos seguindo as inscrições.

A SRA. LUANA ALVES - Muito obrigada, Vereadora Juliana, muito obrigada a todos os presentes, à Secretaria da Saúde, ao pessoal do Ponto da Economia Solidária; à Subprefeitura do Butantã.

Acho fundamental trazermos esse tema aqui, para nossa Casa, para a Câmara Municipal. Sabemos que existe, há muito, um desmonte e uma certa desvalorização dos serviços de saúde mental. Isso é algo que é generalizada, não só em São Paulo, mas em diversos locais em que se tem uma ideia muito atrasada do que são os serviços do CAPS, como os Centros de Economia Solidária. Enfim, os serviços que têm a ver com uma proposta em saúde mental de inclusão, de acolhimento, de intersetorialidade. O que temos assistido é um atraso bastante grande nessa política.

E o Ponto de Economia Solidária do Butantã, há muito tempo, é uma referência na cidade de São Paulo. Referência de um tipo de trabalho, de um estilo de cuidado em saúde mental que junta uma série de setores; que junta a saúde; que junta a assistência; que junta renda; que junta trabalho; que junta inserção no território. Então um trabalho muito avançado. E mais: é um exemplo para várias regiões.

Aliás, muitas regiões da cidade, muitos trabalhos de CAPS, de UBSs, com os quais converso em outras regiões, especialmente psicólogos, terapeutas ocupacionais, citam o Ponto de Economia Solidária e falam que gostariam de tê-lo em suas regiões. Escuto muito: "Queria que tivesse na zona Leste; na zona Sul; por aqui perto", porque quase que acaba sendo um privilégio do território.

E há algum tempo, alguns meses atrás, o Instituto Butantã vem clamando que necessita daquela área. E que necessita daquela área para fazer, se não me engano, um pedaço de estacionamento para manobra. Alegam que a entrada ali, da Vital Brazil, não seria suficiente,

e que têm de abrir toda aquela parte, abrir o comecinho da Corifeu de Azevedo Marques, para ser uma nova entrada ao Instituto Butantan.

Todos sabem, e ninguém questiona, a importância do Instituto Butantan. Ninguém questiona o papel dele na produção de vacinas, na produção científica, na pesquisa, enfim, o Instituto desenvolve um papel social muitíssimo importante. O que estamos trazendo aqui é como vamos nos organizar para todos os papéis sociais terem sua relevância. Sua relevância respeitada.

E consideramos importante trazer esse ponto para vocês, pois, o Instituto Butantan, além daquela planta que tem ali, na região do Butantã, o Instituto, Vereadora Juliana, tem uma fazenda em Araçariguama de muitos hectares. Felizmente, que bom! Uma fazenda enorme em que se produz vacinas, onde se produzem soros, lugar de enorme produção científica. Existe bastante terreno, inclusive fora da cidade, para produção do Instituto Butantan.

Quero ainda trazer mais algumas informações. Temos oficiado as Secretarias, a própria CG Patri, a própria Secretaria da Saúde, para entender um pouco esse rolo. Porque, vejam o que o Instituto Butantan alega: que aquele terreno, onde está o Ponto de Economia Solidária, é que uma parte só que seria do Município, e a maior parte já seria do Estado e que, assim, seria próprio do mesmo Instituto Butantan. É isso que estamos questionando.

Assim, eles nos apresentaram um mapa, o qual mostra que mais ou menos uns 20% de propriedade do Município, e o restante seria do Estado de São Paulo e, que se trata de uma retomada. O Instituto Butantan é estadual e seria natural que eles tomassem posse daquela área.

Nós oficiamos a CG Patri, Vereadora Juliana, e o que consideramos não foi. Isso. A CG Patri, pessoal, é o órgão que cuida do patrimônio da Prefeitura da cidade de São Paulo. O que a CG Patri nos falou foi: que era um terreno particular, inclusive tem o nome da pessoa aqui na informação que a CG Patri nos passou. Que esse terreno foi cedido para a Prefeitura de São Paulo e que a Prefeitura de São Paulo cedeu para a Secretaria Municipal de Saúde. Isso está aqui registrado. Estou com o registro do cartório em que isso é passado para a Secretaria Municipal de Saúde a totalidade do terreno e não aqueles 20% ou 30% que o Instituto Butantan

fala que é do Município. É a totalidade do terreno.

Portanto, existe um desencontro grande de informações. Eles têm dois mapas distintos sobre a quem pertence aquela área. E, na nossa opinião, é muito importante que as secretarias municipais também exponham a necessidade de reivindicar esse espaço.

Ademais, acho curioso, em 24 de maio, Vereadora Juliana, quatro dias depois da nossa reunião com o Instituto, foi feito um pedido do Instituto para a Casa Civil da Prefeitura para que se passasse o terreno para o Instituto Butantan, reconhecendo, inclusive, que é do Município.

Sendo assim, temos de tomar muito cuidado com tudo isso. Entendo que o Instituto Butantan reivindique aquele espaço. Acho que existe uma legitimidade nessa reivindicação, mas não podemos passar por cima do que está estabelecido. O que a gente já viu pelo histórico, pelo próprio CGPATRI é que a área é do Município. A Prefeitura, Ivan, passou para a Secretaria Municipal de Saúde para que se construísse equipamento de saúde mental, para a construção de um CAPS. Então, eu acho que nós temos de entender isso e ter muita tranquilidade para ter esse diálogo com o Instituto Butantan: de que forma encontrar saídas e que não sejam comprometidos os Pontos de Economia Solidária.

Eu gostaria de entender, por exemplo, sobre aqueles imóveis, aqueles lotes; se vai ser retirado de lá o Fórum também, se vão ser retirados aqueles imóveis onde estão aqueles comércios, se vão retirar a concessionária gigantesca, que está mais perto do Instituto Butantan do que o próprio Ponto de Economia Solidária. Lá tem aquele posto de gasolina, a concessionária, o Fórum do Butantã. Eu queria saber se aqueles terrenos também receberam a mesma notificação que o Ponto de Economia Solidária recebeu, porque para a demanda que eles apresentam faria mais sentido, inclusive, que aqueles terrenos fossem retirados e não um equipamento público, que é referência em saúde mental no Município inteiro.

Por isso, eu abri a minha fala com essa questão e fico feliz que a Natália, da Fundação Butantan, esteja presente, porque assim ela poderá apresentar o quanto o Butantan está disposto a ter um debate em relação à permanência do Ponto de Economia Solidária – isso

tem de ser prioridade –, e o Sr. Paulo consiga nos explicar com mais detalhes a urgência da questão. Apenas nos apresentaram um vídeo institucional do Instituto Butantan e falaram da Fazenda Araçariguama, mas honestamente eu não achei que essa necessidade foi apresentada com detalhes.

Eu gostaria, Vereadora Juliana, que isso fosse exposto nesta audiência para que nós possamos encontrar uma solução que preserve o equipamento, que é um exemplo em saúde mental e muito elogiado em todas as regiões onde eu vou; inclusive, quando eu converso com psicólogos dessas regiões, todos citam o Ponto de Economia Solidária e comentam o cuidado de saúde mental que une trabalho, inserção social e cuidado psicológico.

Isso é algo para nós pensarmos, e eu espero muito que a postura do Município seja a de valorização desse serviço.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Vereadora Luana Alves, membro desta Comissão. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Gente, o trabalho vai ser organizado da seguinte maneira: primeiramente nós vamos dialogar com os membros da Mesa, que são os nossos convidados, depois passaremos a palavra para os inscritos e, então, passaremos aos encaminhamentos, a fim de avançarmos e não sairmos daqui sem indicativos. Para tanto, peço aos senhores da Mesa que sejam o mais didáticos possível.

Eu começo passando a palavra para a Sonia, do Conselho Gestor de Economia Solidária e Cultura Butantã.

A SRA. SONIA IMPÉRIO HAMBURGER – Boa tarde a todas, todos e todes que estão juntos nessa luta. Eu falo em nome do Conselho e em nome do comitê em Defesa do Ponto Solidário, que se formou nesse processo que nos surpreendeu bastante no começo do ano. Nós começamos a ouvir falar dessa solicitação do Butantan em 2019; inicialmente houve solicitação dos terrenos do Ponto de Economia Solidária, do Centro de Saúde Escola e da Escola Estadual Alberto Torres, que são os três equipamentos públicos no entorno do Instituto Butantan.

Surpreendeu todos a solicitação de equipamentos pelos quais a comunidade tem tanto amor, que lhes são muito caros.

Na ocasião, nós ficamos sabendo que a solicitação era para construir estacionamentos, o que nos surpreendeu mais ainda. Foi assim que começou uma mobilização da sociedade civil, sempre com o apoio dos Parlamentares, principalmente em relação ao Centro Saúde Escola, que atende uma população muito grande, o que trouxe uma visibilidade maior e nos fez conseguir um acordo entre a Faculdade de Medicina e o Instituto Butantan. Segundo o que chegaram a dizer, o Centro de Saúde Escola não estava mais em risco. Porém, o que se fala não se escreve.

Desde 2019, nós, do Ponto, do Conselho e sociedade civil – que abrange várias organizações do território que são parceiras do Ponto, como Rede Butantã, Associação Cultural Morro do Querosene, Associação Reggae, AVA, Feira de Mulheres, ITCP, USP, IPUSP, FAUUSP, Via Tv –, temos tentado um diálogo com o Instituto Butantan. São muitos os parceiros nessa comunidade que é muito diversa e muito aguerrida. Esse processo de diálogo com o Instituto Butantan foi muito difícil, mas, em 2021, nós conseguimos uma audiência com a Dra. Natalia, hoje presente, quando nos foi esclarecido que nenhum dos equipamentos estava em risco e que o Butantan tinha renunciado à solicitação de todos os equipamentos. Achamos, portanto, que estava tudo bem.

Em 2022, começamos a saber de notícias da Subprefeitura, o que nos surpreendeu muito e nos fez voltar a perguntar ao Instituto Butantan, que responderam que sim, que eles queriam o terreno do Ponto de Economia Solidária. Nesse processo, o que nós verificamos é que a transparência e o diálogo com o Instituto Butantan são muito difíceis, o que muito nos admira, já que o Instituto, apesar de ser do Estado, é um equipamento público, assim como o Ponto de Economia Solidária, da Prefeitura; ambos equipamentos públicos de atendimento em saúde. Para nós é quase incompreensível que nós não tenhamos uma parceira e a possibilidade de conversar e encontrar uma solução que atenda e acolha todos.

O Ponto de Economia Solidária é um equipamento que acolhe, sempre com muita

atenção e muita abertura, não só as pessoas que lá trabalham, já que é um trabalho de geração de renda e de atendimento de saúde por meio do trabalho e um local aberto para toda a comunidade, com muitos eventos de cultura, com rodas de conversa, com cineclubes. Enfim, um local de muita troca e de muita vida.

Muito rapidamente, eu gostaria de mostrar algumas imagens do que nós chamamos de apresentação.

- Oradora passa a se referir a imagens na tela de projeção.

A SRA. SONIA IMPÉRIO HAMBURGER – Esse hachurado de amarelo e cor-de-rosa, não sei se vocês veem, é o Ponto, e atrás é o Instituto Butantan. Aqui é a Corifeu de Azevedo Marques, é a avenida.

Aqui são os rios que passam nesses locais. Eu destaquei também este *slide* para mostrar que a área aqui, logo atrás do Ponto, é uma área de APP. Aqui é a área também do rio, onde não é possível construção. Talvez a Subprefeitura possa falar melhor sobre isso.

E aqui, o que o Instituto Butantan pretende construir. Este *slide*, eu o obtive através de um edital de licitação, que está aberto pela Fundação Instituto Butantan, que muito nos surpreendeu também, porque esse edital de licitação, que inclui o portão onde se encontra o Ponto, foi aberto dia 13 de maio. A nossa reunião, no Instituto Butantan, foi no dia 20 de maio. Nessa reunião, várias pessoas – inclusive eu – perguntaram o que seria feito no terreno do Ponto de Economia Solidária e os representantes do Instituto Butantan, ali presentes, não responderam. Só responderam que eram coisas estratégicas. O edital já estava publicado. Esses dois volumes grandes – azul e laranja -, são dois prédios de garagem, e o portão, onde é o Ponto, é esse verdinho.

Este aqui, eu só coloquei aqui porque só demonstra o tamanho da comunidade que está em torno do Ponto. O Ponto é um equipamento pequeno. Atualmente, trabalham lá 28 pessoas. As meninas vão falar melhor depois, então não vou falar agora, mas aqui nós temos o compêndio dos apoios que nós recebemos. Se puder passar rapidamente, aqui tem uma lista dos apoios e aqui tem, inclusive, um dos últimos apoios que nós recebemos do Laboratório de

Saúde Mental da Fiocruz.

Pode ir passando. Nós trabalhamos com alimentação, com segurança alimentar. Pode ir passando. O Conselho de Psicologia. Enfim, posso até ler aqui: a Frente Manicomial do Estado de São Paulo, a Feira Agroecológica e Cultural de Mulheres, o Conselho Regional de Psicologia; Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Políticas Públicas em Saúde Mental do Instituto de Estudos Avançados; o Comitê Acadêmico de Processos Corporativos, que é uma instituição do Uruguai; a Incubadora Tecnológica de Cooperativas; Instituto Paul Singer; Laboratório, Institutos de Pesquisa de Saúde Mental e Atenção Psicológica, da Escola Nacional de Saúde Pública; Núcleo de Economia Solidária, da USP; Rede Butantan e de Entidades de Forças Sociais; Rede Emancipa Butantan. E, aí, têm vários laboratórios, de várias universidades, em Psicologia, Urbanismo e Economia que assinam também.

Nós temos um manifesto assinado por 104 instituições e um abaixo-assinado com mais de cinco mil assinaturas. Então, era isso o que eu queria falar.

Nós temos tido várias conversas lá no Ponto com os trabalhadores e com os apoiadores e a conclusão é que o Ponto fica. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Sonia. Muito boa a apresentação.

Agora eu vou passar a palavra para o nosso sempre Senador Eduardo Suplicy. É impressionante, quando ele chega, tudo abre.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Cumprimento a todas, a todos e todes respeitosamente, em especial os representantes do Ponto de Cultura e Economia Solidária do Butantã, à Sonia; a todos os demais representantes da Secretaria Municipal de Saúde, do Instituto Butantan, do Ministério Público do Estado de São Paulo, da Defensoria Pública; do Tribunal de Contas; e as Vereadoras Juliana Cardoso e Luana Alves, que convocaram esta audiência.

Eu agradeço a oportunidade de buscarmos a melhor compreensão sobre o interesse do Instituto Butantan nos imóveis onde funciona o Ponto de Cultura e Economia Solidária do

Butantã e a Escola Estadual Alberto Torres.

Gostaria de lembrar que ainda no ano passado nós votamos aqui a Lei Paulo Singer, justamente para que se dê estímulo à economia solidária. Então, este projeto tem muito a ver. Inclusive, com a presença física de Paul Singer, que esteve lá, e eu também.

É uma coisa notável tudo aquilo que nos deixou Paul Singer para continuarmos a estimular as formas cooperativas de produção e a economia solidária, que ajudam muito aos objetivos de realização de justiça em nossa nação.

Tratamos do assunto em reunião realizada no Instituto Butantan, em 20 de maio, quando do Dr. Paulo Luis Capelotto, Diretor de Negócios Jurídicos, confirmou o interesse em requisitar o imóvel da Secretaria Municipal da Saúde, da Prefeitura Municipal de São Paulo. Contudo, afirmou que ainda não havia uma decisão final sobre o assunto, e declarou o compromisso de estabelecer um diálogo permanente com os gestores do Ponto para negociar eventual transferência e instalação do equipamento em outra localidade, com a garantia da não interrupção das suas atividades. Contudo, houve grande preocupação com o lançamento do edital de licitação das obras da localidade, confirmando a intenção de utilização do lote do Ponto de Cultura e Economia Solidária, ocorreu a semana anterior ao nosso encontro, em 13 de maio, com o prazo final de recebimento da documentação dos concorrentes em 10 de agosto.

O Ponto é um equipamento público de excelência, ligado à Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de São Paulo, criado com o objetivo de apoiar empreendimentos de economia solidária como ferramenta psicossocial, geração de trabalho e renda, construção de vínculos comunitários entre usuários dos Centros de Atenção Psicossocial e a comunidade local. E, conforme relato recebido por minha equipe, por meu mandato, realizado pela Sra. Sonia Hamburger, a requisição do imóvel já havia ocorrido em 2021. Contudo, diante de especulações a respeito da renovação do interesse no imóvel, o conselho gestor do Ponto de Economia Solidária e Cultura encaminhou ofício solicitando mais informações, quando o interesse foi confirmado. Da mesma maneira, a Secretaria Municipal de Saúde, em manifestação verbal, teria confirmado que cederia metade do terreno do equipamento para a expansão do Instituto

Butantan.

O plano de expansão do Instituto Butantan deve seguir o plano diretor do projeto de expansão aprovado em 2012, com a chancela do Conpresp e do Condephaat. E requisitamos as aprovações do projeto remetidas aos órgãos com o registro de titularidade do terreno, como da Prefeitura de São Paulo, que é também responsável como parte interessada no ponto, é preciso que sejam esclarecidos os fatos em que qualquer interferência no equipamento deve ser realizada com a transparência e participação ativa de seu conselho gestor da comunidade que defendem a permanência do Ponto de Economia Solidária, onde está, por sua articulação bem estabelecida e de alta qualificação, junto ao território.

Até a presente data, o Instituto Butantan ainda não subscreveu a ata de reunião realizada em 20 de maio. O que é fundamental para a documentarmos o processo e oferecemos a segurança necessária para a preservação do ponto de economia solidária, para chegar-se a um bom termo com o Instituto Butantan.

Por essa razão, proponho como encaminhamento da presente audiência a criação de um Grupo de Trabalho junto a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher para que a Câmara Municipal acompanhe de perto e passo a passo esse processo.

Essa é a sugestão que tenho a vocês. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Perfeito. Obrigada.

Agora, eu vou passar a palavra para as trabalhadoras do Cecco. Começando com a Vanessa dos Santos.

A SRA. VANESSA RARÍLIA RUFINO DOS SANTOS – Boa tarde, gente. Sou da Economia Solidária do Butantã, Ponto de Economia Solidária do Butantã.

Primeiramente, vou tentar ser breve na apresentação do Ponto de Economia Solidária, comércio justo, cooperativismo social e cultura do Butantã. Segundo, apresentando os empreendimentos: Comedoria Quiririm, com a quantidade de seis trabalhadoras, se não me engano; Livraria Louca Sabedoria, com seis trabalhadores; Loja Peabiru, com a mesma quantidade; os orgânicos, com oito trabalhadores; temos o Quintal do Teiú, horta com três

trabalhadores. São esses os empreendimentos que temos.

Quando eu cheguei no Ponto, não me lembro o ano, entre 2018-2019, quando entrei, falei: “pronto, aqui vou começar os meus objetivos”. Fui muito bem acolhida naquele lugar; fui abraçada, o povo me recebeu de braços abertos, e me senti à vontade, como se fosse realmente a minha casa.

O que eu fazia antes no Ponto? Fazia parte do artesanato antigamente e comecei a participar da loja também. Se não me engano, eram quatro trabalhadores na loja. Com a pandemia, quando tudo parou, cada um foi fazer os trabalhos em casa, em *home office*, me distanciei de tudo e parei com tudo o que eu fazia. Não estava tendo ânimo para nada, vontade para mais nada. Ligava para minha tia e dizia: “tia, não estou legal; não estou bem”. Eu pensava: meu Deus, não vejo a hora de voltar, quando o Ponto reabrir.

Quando eu soube que iria reabrir, meu coração faltou sair para a boca, porque eu coloquei a minha vida naquilo, meu coração. Eu falei: “meu Deus, obrigada”. Quando retornei, fui para a loja. Eu era a única trabalhadora da loja.

Uma facilitadora resolveu colocar livraria e loja em parceria junto. Estamos ali em seis trabalhadores. Isso está me fortalecendo, minha vida mudou da água para o vinho, voltei à ativa com unhas e dentes.

Aquilo ir para a queda é impossível. Não vamos aceitar isso. Não podemos aceitar isso. Ali temos renda. O que eu faço com essa renda: me sustento, pago meu aluguel, minha alimentação, minhas contas e tudo mais. Agora, o povo querer retirar o que foi construído, por que, quando estava em queda, não pegaram? Agora que está de pé, onde as pessoas colocaram o sangue e o suor para levantar? Querem transformar aquilo num nada? A gente não vai aceitar isso.

Como a Sonia recitou, temos o abaixo-assinado, com os manifestos também.

É isso, gente. (Palmas) A gente está nessa luta nessa campanha e não vai deixar aquilo cair. Ponto resiste!

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Vanessa. Passo a palavra

para a Luciana Pereira Dias.

A SRA. LUCIANA PEREIRA DIAS – Boa tarde, pessoal.

Meu nome é Luciana, tenho 46 anos, trabalho no Ponto de Economia Solidária, trabalho na Comedoria Quiririm. Estamos muito surpresos por quererem tomar o nosso espaço, acho que desonestamente. Às vezes não tem nem palavras para dizer. Nós todos aqui estamos em defesa do Ponto, estamos resistindo, confiando que a gente vai vencer essa causa.

Foi muito difícil chegar ali naquele Ponto. Eu fiquei no CAPS confinada, cheguei no Ponto dopada de remédio e, de repente, surgiu a ideia de trabalhar de garçoneiro. Não consegui, aí me passaram para a cozinha e ali eu fui lidando, lidando com as pessoas e consegui estar onde eu estou. Me considero uma pessoa estabilizada, ainda sou paciente do CAPS.

Acho muito desumano o que o Instituto Butantan está fazendo conosco, porque a gente está na saúde, a gente quer ser vista como o Instituto Butantã é visto internacionalmente também; o Ponto de Economia Solidária também quer ser visto. E ninguém do Instituto Butantan foi visitar a gente para saber da nossa história. Apenas fala o que eles querem fazer lá, essa tal de garagem, que eu não sei o que é. Não tem comunicação nenhuma, a gente fica à mercê.

É muita coisa para falar, mas eu quero falar da contabilidade do que tem lá no Ponto. No Ponto de Economia Solidária a gente trabalha assim... No mês de setembro de 2019 a gente... a entrada foi R\$ 11.103,30, 1% é do Ponto, R\$ 111,00. Ficou R\$ 10.992,30. Saída, R\$ 5.929,24, sobram R\$ 5.063,06. Fundo da Comedoria, R\$ 1.112,61. Rateio para os funcionários, os trabalhadores, R\$ 4.050,45 divididos por 722 horas, dá R\$ 5,61.

Nesse dia, Luciana Pereira Dias, que está falando aqui agora, fez 122 horas e recebeu R\$ 687,20. Zaira: 116,30 horas, R\$ 653,56. Abel: 122,3 horas, R\$ 687,20. Carla: 131 horas, R\$ 734,91. Maris: 29,3 horas, R\$ 165,00. Bia, nossa mascote que tem 60 anos, não se encontra aqui, mas é nossa mascota lá, trabalhou 67 horas, R\$ 375,87. Nil: 133 horas, R\$ 746,13.

- Oradora fala com voz embargada.

A SRA. LUCIANA PEREIRA DIAS – Por que eu estou dizendo da logística, do que

a gente faz lá? A gente não é inútil, não está mentindo para ninguém, que aquele ponto é saúde para a gente, entendeu? (Palmas) A gente vem do CAPS, confinada, o Instituto Butantan não vai lá, não vai conhecer a gente, sabe? É muito doloroso. Ninguém foi ver a gente e a gente luta por isso. E estava dando tão certo, mas quando veio isso parece que abalou todo mundo. Mas, a gente está confiando em vocês, que defendem a gente.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Luciana. Na verdade, o que se movimenta...

- Manifestação da plateia.

A SRA. RISONETE FERNANDES – O Ponto fica, é trabalho, saúde e vida. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Risonete Fernandes.

A SRA. RISONETE FERNANDES – Há muitas coisas para serem ditas, mas a gente precisa cuidar para que todos falem e a gente possa encaminhar tudo para o bem de todos. Então eu vou só destacar algumas coisas, por que a gente não quer sair desse espaço, Avenida Corifeu, 250.

Isso vem novamente, essa coisa de retirar o Ponto, de fazer esse contato lá por cima dos gabinetes e não falar com a população nem com os empreendimentos nem com os trabalhadores nem com a comunidade. Isso nos lembra da história da saúde mental, em que as pessoas com sofrimento psíquico foram sempre rechaçadas de toda a sua dignidade humana, do convívio e de todos os direitos elementares. Parece que se quer repetir a história, e nós não pretendemos deixar.

Estar nesta casa, no endereço da Avenida Corifeu, 250, é estratégico. É um imóvel - Subprefeitura do Butantã está aqui – que foi cedido para ser o Caps Butantã em 2012 e, em seguida, anos de luta para a gente poder usar em 2016. Uma conquista que não teve apoio de gestão nem de política pública. Foram trabalhadoras da saúde mental, Rede de Saúde Mental e Redinha Oeste de Saúde Mental que travaram essa briga.

Ivan, você é representante da Secretaria da Saúde aqui hoje. Esse imóvel só é da

Secretaria da Saúde porque Risonete, Tirse, Lúcia, Gislaine, os CAPS, os Ceccos se colocaram na rua, desde 2012 a 2015, para essa ser da Secretária da Saúde. (Palmas) Então não tire ela da gente! Isso não é decente!

E a gente ainda vai olhar para o Ricardo Nunes, para o Zamarco. Por que eles não querem falar com a gente? E, também, a Supervisão de Saúde e Coordenação, quer receberam orientação ontem de não vir na audiência. É indecente essa postura.

A gente quer inclusive propor ao Instituto Butantã, que a gente tem grandes projetos, a gente pode trabalhar junto, a gente tem um projeto inovador. Essas pessoas não vão nem conhecer aquele equipamento. Não foi o Prefeito, que já foi convidado, não foi Secretaria - não é, Ivan? Que você pegou o telefone da Carol e não marcou para a gente receber o Secretário. E a Supervisão de Saúde e Coordenação também faz discurso que é um equipamento modelo, mas aceita que a Secretaria diga que não vem na audiência falar com o povo, e não vem.

Não aceitaremos a precarização do funcionamento do Ponto EcoSol Butantã. Nós estamos em pleno vapor de funcionamento. Nesses dois anos de pandemia nós reinventamos a vida, sobrevivemos com a casa e seus projetos. Estamos agora, 29 de junho dia de São Pedro – ele vai nos dar a chave da casa... (Palmas) De novo, de novo, a chave para quem é de direito. Nós temos grandes projetos sendo desenvolvidos por causa dessa diversidade de empreendimentos que tem na casa.

A Associação Vida em Ação está aqui. A gente está a mil, com muita coisa para tocar, muitos valores mesmo. A Luciana... Projeto que a gente foi buscar e a gente precisa trabalhar. Estarmos aqui hoje fez a gente fechar o restaurante, a feirinha, e aí a banana que a gente não vendeu hoje, se não vender quinta e sexta a gente perde. Está vendo o que vocês estão fazendo com a gente? Tirando a gente do essencial para estar aqui lutando por algo que já é nosso.

Então, ponham a mão na consciência. Instituto Butantan, vamos conversar, as casinhas lá de trás, que estão verificando documentos que também não é do Instituto, o terreno é da Prefeitura, a gente quer ter aquelas casinhas para fazer entreposto, para gerar trabalho e renda. Em vez de tomar, a gente pode expandir para o fundo e vocês usam outros espaços

laterais, porque têm. Agora, se é para fazer vitrine, fala a verdade o que vocês querem, aparecer mais ainda, porque é justo aparecer. Instituto Butantan, a gente tem todo o respeito, mas não precisa eliminar o que está acontecendo ali e invisibilizar porque a gente é o movimento de saúde, uma comunidade a gente é, com orgulho.

Acho que é isso, Juliana. Também aproveito para chamar os Parlamentares e as Parlamentares para cutucar, para que a gente tire do papel a lei Paul Singer, aí a gente vai ter mais força para abrir. A gente quer abrir outros pontos de economia solidária em São Paulo e no estado. (Palmas)

Então, vamos lá, Lei Paul Singer, e também a Associação Vida em Ação já conversou com o Suplicy sobre isso. O Fórum Municipal de Economia Solidária tem que se juntar com os movimentos que estão trabalhando e vamos ativar a Lei Paul Singer, que foi sancionada. Mas, falta alguma coisa aí, eu não sei o nome do documento, que não conseguimos usar a nosso favor e está tudo lá. O que a gente faz está na lei, e a lei é inspirada no que acontece na economia solidária. Então, peço também nesse sentido.

O Ponto fica, o ponto fica, o ponto é saúde, trabalho e vida, é saúde trabalho e vida.
(Palmas)

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Agora eu queria chamar o Coordenador da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde, José Gimenez.

A SRA. VANESSA RARÍLIA RUFINO DOS SANTOS – Juliana, só peço uma licencinha aqui que eu esqueci de dois detalhes, pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pode, só estou achando que vocês estão...o tempo, né, estou preocupada com isso.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Então, José Gimenez, bora lá.

O SR. JOSÉ GIMENEZ – Vamos lá, então, boa tarde a todos, boa tarde nobres Vereadoras, hoje aqui é um marco para nós, vamos fazer essa defesa pela saúde, pelos

equipamentos de saúde, nós do Conselho estamos aqui para juntos chegarmos a uma solução. É importantíssimo que os equipamentos permaneçam, não fechemos nenhum equipamento, pelo contrário, Juliana, vamos sempre lutar para novos equipamentos e, principalmente, quando se trata de equipamento de saúde psicossocial, é muito importante que nós tenhamos essa compreensão de estarmos juntos, lutarmos juntos, para juntos termos uma solução que seja bom para todos. Então, devido ao tempo, estou aqui restringindo a minha fala para dar oportunidade a todos falarem.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Gimenez, agora pela Comissão de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde, Adriana.

A SRA. ADRIANA RAMOS COSTA MATEUS – Boa tarde a todos, todas e todes, saúdo a Mesa, em nome da Vereadora Juliana Cardoso, eu estou na Comissão, estou como coordenadora da Comissão de Saúde Mental no Conselho Municipal de Saúde, eu assumi agora tem um mês, então ainda vou participar da primeira reunião, mas quero colocar aqui a Comissão à disposição de vocês para que a gente possa juntos discutir junto com Conselho todo a melhor forma. Infelizmente nessa pandemia de dois anos nós tivemos um trator, foi passado um trator, principalmente as pessoas da Saúde Mental, Caps, Seco, sofreu muito com essa consequência. Eu falo isso porque eu estou Conselheira do Seco Santo Amaro e a gente também está passando por situações muito difíceis dentro do Seco, me solidarizo com todos vocês também vou restringir a minha fala porque eu quero ouvir mais, saber um pouco mais, de todos vocês que estão lá no Butantã, mas eu me coloco à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Adriana, o Ministério Público, e Defensoria Pública estão presentes? Não, não, Tribunal de Contas do município tem representação presente, virtualmente? Não, não. Okay. Sim, quem?

O SR. ROSANO PIERRE MAIETO – É pela Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Você pode se apresentar e a palavra você tinha se apresentado no início, mas eu não peguei o seu nome, desculpa.

O SR. ROSANO PIERRE MAIETO – Rosano Maieto.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Você quer falar?

O SR. ROSANO PIERRE MAIETO – Não, é a primeira vez que nós estamos tendo conhecimento desse assunto, se houver algum termo de competência do município, que é o órgão sobre jurisdição do Tribunal de Contas, peço que seja encaminhado informalmente para a Presidência para que encaminhe para o conselheiro relator responsável pela matéria e a nossa auditoria poderá então apreciar e emitir algum parecer sobre o caso que está sendo tratado aqui, Juliana.

Obrigado, a gente se coloca à disposição, mas, de qualquer forma, havendo um conflito, e como eu percebi aqui que há ali uma dúvida sobre se o terreno pertence a uma área do estado ou do município e ser formalizado mediante uma representação perante o Tribunal de Contas, nós iremos analisar a matéria que estiver sob nossa competência.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Entendi, Rosano, então a gente encaminha também pela Comissão de Saúde, toda a documentação que a gente tem aqui questionando se já existe.

O SR. FRANCISCO SCATTOLIN FILHO – Por favor, apenas para dizer da presença da Coordenadoria 4 do TCM São Paulo. Eu estava acompanhando pelo YouTube e tem um *leg*, então demorei para registrar pelo TCM.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Você gostaria de falar ou só se apresentar? Está bem ruim a conexão, viu.

O SR. FRANCISCO SCATTOLIN FILHO – Apenas reitero as palavras do Rosano.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, agora passo a palavra para o chefe de gabinete Alessandro, que é da Subprefeitura do Butantã.

O SR. ALESSANDRO DI CARLO – Olá, Presidente, desejo uma boa tarde a todos, todas e todes, a nossa vinda aqui é para falar que a gente tem participado de vários Fóruns de discussão e que todos os apoiam a iniciativa do ponto. Eu vejo que é uma unanimidade lá da

região. Nos foi encaminhado alguns pedidos de estudo a gente o fez e encaminhamos para ser CG4 dos imóveis vizinhos para dar uma alternativa para o Butantã caso necessite mesmo de terrenos ali próximos. A gente encaminhou, estamos para fazer esse estudo para nos responder, eu trouxe também a Lúcia, que é uma querida da Subprefeitura Butantã que pode fazer maiores esclarecimentos sobre a área em questão. Então, eu passo a palavra para Lúcia para ela poder acrescentar à Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Só se apresente, por favor, para registro aqui.

A SRA. LÚCIA MARTINS CAMPOS – Boa tarde a todos, todas e todes, meu nome é Lúcia Martins Campos, eu sou arquiteta, trabalho no cadastro da Subprefeitura do Butantã, então, eu tenho acesso a vários documentos que estão lá e nós localizamos a desapropriação da Prefeitura, era um imóvel particular de um proprietário particular, era uma área muito pequena, então, ela era remanescente do alargamento da Corifeu de Azevedo Marques. Foi decretada, por volta de 1974, uma DUP, Decreto de Utilidade Pública para todos os imóveis que estavam naquela frente entre o córrego e a Corifeu de Azevedo Marques, que são todos imóveis particulares. Essa desapropriação tem o registro de todos os proprietários, assinada pelos proprietários.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Por favor, pode falar um pouco mais perto do microfone, por causa da máscara. Não precisa tirar a máscara, só falar um pouquinho mais perto.

A SRA. LÚCIA MARTINS CAMPOS - Então esse documento está conosco. Existe essa transmissão, quer dizer, desapropriou-se da Prefeitura, o CG Patri que gerencia, não é a Subprefeitura do Butantã, nem a Secretaria de Saúde. É o CG Patri, que é da Secretaria de Gestão do Município. Tem a escritura registrada em cartório. Não há dúvidas quanto a isso.

Nem quero colocar o que eu acho a respeito daquela afirmação do Instituto. Mas era essa a informação que eu precisava fornecer. Temos a cessão, em 2016, para fazer o CAPS. Então está tudo regular dentro da Prefeitura e, quanto a isso, não há dúvidas quanto à

propriedade do imóvel. Era só isso que eu queria acrescentar.

Ah, só mais um acréscimo: temos essa área do verde, de proteção do manancial do próprio córrego, que é também da Prefeitura. Estamos só assegurando a documentação sobre isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Muito obrigada. Nesse instante vou passar a palavra ao Ivan, que representa a Secretaria Municipal de Saúde. Gostaria, antes, de dizer que, claro não participei de todas as reuniões, mas das quais estive presente, a Secretaria sempre teve a postura de afirmar que dialogaria e, principalmente, buscando e fornecendo os dados necessários da Secretaria. Isso aconteceu tanto com o Ivan, quanto com o Secretário.

Tivemos oportunidade de nos reunir sobre outro assunto, mas pautamos isso também. Então o próprio Secretário havia dito que não tem dúvidas e que dialogaria também com o Instituto Butantan.

Ivan, obrigada pela presença, e estamos aqui para ouvi-lo com uma boa notícia, embora o coração esteja apertado.

O SR. IVAN CÁCERES - Boa tarde, Vereadora Juliana, Vereadora Luana Alves, a todos e a todas presentes.

Inicialmente gostaria de dizer que a Prefeitura, através da Secretaria Municipal da Saúde, em todos os momentos participou. E, respondendo à senhora que disse que a Supervisora não está aqui, nem a Coordenadora. Digo que não, aqui está o representante da Secretaria Municipal da Saúde. Eu falo em nome da Secretaria Municipal da Saúde.

Já tivemos uma reunião no Instituto Butantan. A Vereadora Luana participou. O mandato da Vereadora Juliana também estava presente. E a própria Secretaria, claro, estava presente. Depois, tivemos uma reunião, na sequência, no Gabinete, com as mesmas Vereadoras Juliana e Luana, outros mandatos compareceram, o do Vereador Suplicy, enfim, de qualquer maneira, a Secretaria vem acompanhando *pari passu* isso tudo.

Na reunião no Gabinete, com vários mandatos, foi dito que nós enviamos um engenheiro para fazer um trabalho preliminar de campo. Nós tínhamos todas as informações já.

Vou até pedir para o Fabio expor aquele *power point*. (Pausa) Vejam, tem um documento na tela. Esse documento é um Termo de Cessão da Diretoria de Patrimônio do Município de São Paulo, transferindo essa área de 527 metros quadrados para a Secretaria Municipal da Saúde. Então a Secretaria Municipal da Saúde ocupa, legalmente, aquele espaço, onde está instalado o serviço Ponto de Economia Solidária. (Palmas)

Tem um ato formal, um documento, está na tela e todos podem visualizar. Então não é da noite para o dia que vai se desativar um serviço de saúde, sem tratativas, sem combinar e sem ouvir a área técnica, sem ouvir quem está naquele equipamento.

E mais, eu acrescento aqui: é um equipamento de saúde de certa complexidade. Não é um simples equipamento, não é apenas um equipamento físico que está ali, tem pessoas principalmente.

E, ontem à noite, conversando com o Secretário, abordamos isso também. Ou seja, o vínculo que as pessoas criam com aquele local, bem como o tipo de atividade que é exercido ali, naquele local. Não só são atividades de saúde, como atividades de afirmação da pessoa. Portanto, é um processo bastante complexo. Não vai se tratar uma situação complexa, e dessa magnitude, de uma maneira simplista. Não é assim.

Estamos falando de pessoas, de saúde pública e de especificidades em saúde pública, que é o caso desse Ponto de Economia Solidário. Sendo assim, não se desvincula esses tópicos, por mais mérito que tenha a reivindicação, ou que seja meritoso o pleito, a solicitação daquele local.

Peço para passar o slide seguinte. (Pausa) Aqui aparece toda a descrição da seção. Vocês percebem que há um formalismo, há uma legalidade, e a Secretaria está, ali, formalmente ocupando aquele espaço.

Seguinte. Vocês têm aí uma visualização da área, está um pouco longe, mas é possível ver que: há uma área verde; tem um curso de água, e, aliás, não se pode construir nesses locais; tem uma área de proteção da vegetação nativa, natural ali e, claro, no curso d'água

não pode se construir; depois, mais à frente, próximo à avenida Corifeu de Azevedo Marques - talvez não seja possível ver - mas há um terreno, que é a área dos 527 metros cedidos para o equipamento funcionar plenamente; e, mais à frente, à direita de vocês, onde se pretende abrir o corredor para uma entrada que dará ligação à avenida Corifeu e ao Instituto Butantan.

É apenas uma abertura que fará a ligação da sede do Instituto com a avenida.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Então explica melhor essa parte que não entendi. Quando você diz abertura, nós estamos falando o que? Cortar no meio?

O SR. IVAN CÁCERES - Exatamente querida, exato, precisa ser desapropriada a área para se fazer o serviço onde haverá o acesso. É esse o pleito que estamos entendendo. Entretanto, a Prefeitura...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - O pleito do Instituto?

O SR. IVAN CÁCERES - Do Instituto. Agora, é seguinte: são tratativas que estão sendo feitas com a Prefeitura de São Paulo e, evidentemente, envolve a Secretaria Municipal da Saúde, ela que tem um serviço muito específico ali. E nós temos ciência disso, bem como da complexidade desse serviço.

Então a nossa função é esclarecer a todos os presentes, bem como aos mandatos parlamentares que acompanham a questão, que, ali, é uma área cedida à Secretaria Municipal da Saúde, para funcionar um serviço público de Saúde. Portanto, não vamos permitir que qualquer atitude precipitada, ou não discutida, ou mesmo não conversada, envolvendo, inclusive, quem está naquele local, quem já criou vínculo com aquele local e, evidentemente, sem ouvir a Câmara Municipal através da Comissão de Saúde e, repito, os mandatos envolvidos no assunto.

Não é mesmo uma questão simples. A minha função aqui, enquanto Secretaria Municipal da Saúde e respondendo, nesse momento, pela Secretaria, digo a todos os presentes, e aos mandatos parlamentares, tranquilizem-se. Nós estamos acompanhando isso. E não só isso. Estendendo mais o que disse o Chefe de Gabinete e a técnica da Subprefeitura, evidentemente, vamos questionar e levantar toda essa titularidade. Parece até que já se historicizou, a arquiteta da Prefeitura já informou tudo isso, tratava-se de uma área particular que

foi desapropriada pela Prefeitura e, sendo assim, a área é nossa, é do Município de São Paulo. Evidente que o Município, ao ceder essa área - se for ceder - vai ouvir a Secretaria Municipal de Saúde, a qual, até este momento, não foi ouvida.

Tivemos uma conversa preliminar no Instituto Butantan, a Vereadora Luana participou dessa conversa, o Vereador Eduardo Suplicy, e o mandato da Vereadora Juliana também. Então qualquer ação que for tomada nesse sentido, faremos numa discussão conjunta, ninguém de surpresa.

E, repito: um assunto dessa complexidade não é assim: “Tira, coloque em outro lugar”. Não é assim. Tem complexidades envolvidas nesse processo.

Vereadora, é isso. Estou à disposição para responder algum questionamento.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Ivan, posso fazer umas perguntas didáticas?

O SR. IVAN CÁCERES – Claro, evidente.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Porque há a informação de que o Instituto Butantan não está dialogando diretamente com a Secretaria de Saúde, mas está dialogando diretamente com a Secretaria da Casa Civil e com a Secretaria de Governo Municipal.

O SR. IVAN CÁCERES – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Quando eu preciso obter alguma coisa da área da saúde, assim como a Vereadora Luana, até mesmo apresentar uma emenda parlamentar, eu sempre peço o aceite da Secretaria de Saúde, e pelo que eu comecei a entender da legislação municipal nesses quatro mandatos nesta Casa, as áreas da educação e da saúde são prioridade e não podem ser preteridas para nenhuma outra Secretaria.

Então, eu gostaria que V.Sa. esclarecesse um pouco sobre isto para nós: como funciona essa tramitação mesmo que venha um pedido da Secretaria da Casa Civil ou da Secretaria de Governo Municipal para a Secretaria de Saúde e sobre essa legislação que prioriza a saúde e a educação absolutas na relação de tramitação de prédio público.

Por último, eu gostaria de dar um exemplo. O espaço da região da Penha era

vinculado à área de educação, e nós queríamos aquele espaço, um terreno de cinco mil metros, para fazer um local voltado ao idoso; na época, um Hora Certo ou um Centro Dia. Para nós podermos fazer essa tramitação de transferência do terreno para a Secretaria de Saúde – e depois também dialogamos com a Secretaria de Esportes –, tinha que ter a assinatura da Secretaria da Educação. Caso contrário, não aconteceria o aceite.

Eu gostaria que V.Sa. me explicasse se o processo continua dessa forma, pois tem todo um levantamento técnico legislativo para poder executar; inclusive se fosse para ser cedido ou doado, teria que ser aprovado um projeto de lei na Câmara Municipal de São Paulo. Tudo isso só para nós podermos contextualizar mais didaticamente o processo para vocês.

O SR. IVAN CÁCERES – V.Exa. tem razão e procede o que acabou de ser dito. Tanto equipamentos de saúde como equipamentos de educação devidamente instalados, em pleno funcionamento e a serviço da população, têm prioridade. Só se pode deslocar esse equipamento se ele estiver colocando em risco as pessoas que estão fazendo utilização dele para reforma, adequação, enfim, e depois retornar à atividade. Essa é a maneira como se tira um equipamento de saúde nesses casos em que a própria legislação de Engenharia esclarece isso com muita propriedade. Então, respondendo objetivamente, não, um equipamento de saúde não vai ser retirado assim.

A área técnica da Saúde foi chamada para discutir isso? Eu não sei. Nós estamos conversando agora e nós tivemos uma conversa aberta no Instituto Butantan. Então, creio eu que, dentro da estrutura administrativa do Município, obviamente, a Secretaria de Saúde tem que ser ouvida em seus pontos de vistas, de mérito e de consideração da complexidade e da tipologia do equipamento que ali funciona, pois não se deve alterar um serviço de maneira unilateral sem ouvir principalmente os profissionais que lidam com a questão da saúde mental. Ainda que fosse uma simples Unidade Básica de Saúde, retirá-lo do local iria trazer problemas de referenciamento e de outras questões. Portanto, não é assim.

Nós estamos conversando e, em nome da Secretaria Municipal de Saúde, eu peço a todos que se tranquilizem, porque isso não existe. Nós estamos abertos ao diálogo, tanto que

esta é a terceira ou quarta reunião a que comparecemos, e nós estamos juntos com vocês, construindo algo com os mandatos parlamentares, com a comunidade, com a área técnica de saúde mental e com a e com a área técnica de saúde de um modo geral. Nenhuma decisão será tomada sem que sejam obedecidos esses protocolos.

Mais alguma coisa, Vereadora?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – A Vereadora Luana vai falar.

A SRA. LUANA ALVES – Rapidamente. Ivan, eu lhe agradeço muito a fala, que corrobora tudo o que nós temos visto até aqui, que não existe uma ocupação irregular. O que o Instituto Butantan está dizendo – inclusive consta do documento produzido por ele – é que há um esbulho por parte da Prefeitura de São Paulo, que é uma espécie de roubo. Acho que é muito inadequado ele ter colocado isso, mas eu também acho muito importante a sua posição e aproveito para pedir – e os mandatos podem conjuntamente provocar a Secretaria – um parecer interno da Secretaria Municipal de Saúde recomendando a não desapropriação para a Secretaria da Casa Civil, porque, após a nossa reunião no Instituto Butantan, ele foi oficialmente procurar a Secretaria da Casa Civil, uma postura que eu também achei delicada, uma vez que estava sendo mantido um diálogo do Instituto Butantan com a Secretaria de Saúde, e ele passou a ignorar a Secretaria de Saúde e foi direto tratar com a Secretaria da Casa Civil, que é como se fosse um órgão de política da Prefeitura.

Portanto, eu acho que seria interessante que a Secretaria da Saúde fizesse um parecer, que nós podemos provocar oficialmente, recomendando à Secretaria da Casa Civil a não desapropriação. Isso seria interessante para a Secretaria de Saúde demarcar a sua posição.

O SR. IVAN CÁCERES – Vereadora, evidentemente, se isso acontecer, na formalidade dos autos, a Secretaria, que é cessionária daquele espaço há longos anos, terá que obrigatoriamente se manifestar. Como a posse da área é da Secretaria, ela terá que se manifestar.

A SRA. LUANA ALVES – Perfeito. Maravilha. Obrigada, Ivan.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Essa é uma boa notícia.

A Sonia também tem uma questão.

A SRA. SONIA IMPÉRIO HAMBURGER – Na verdade, a minha questão é parecida com a da Vereadora Luana. Mas eu também quero fazer um questionamento em relação a nós como sociedade civil, porque a luta sem a sociedade civil vai por caminhos que não são os que ela realmente quer. Por isso, eu acho muito importante que nós acompanhemos e, se dependermos da postura do Instituto Butantan, nós não vamos acompanhar, porque ele está sempre se desviando de nós. Eu até gostaria que a Dra. Natalia, que está presente, se pronunciasse em algum momento em nome do Instituto Butantan, apesar de ela ter dito que ela não fala em nome dele.

Enfim, eu gostaria muito de estabelecer esse diálogo e, para tanto, eu acho que essa comissão sugerida pelo Vereador Suplicy deveria ser instaurada, porque o processo caminhou em um certo sentido, mas nós sabemos que ele vai voltar e nós sabemos que a pressão vai ser forte, porque, apesar de nós estarmos propondo um diálogo com o Instituto Butantan e de a Secretaria da Saúde estar junto conosco e de ter se pronunciado na reunião, o Instituto foi falar com a Secretaria da Casa Civil – fato que nós só descobrimos agora –, quatro dias depois de nós termos nos reunido com ele.

Então, como membro da sociedade civil, como cidadã, considerando que são equipamentos públicos, eu gostaria realmente de poder acompanhar de alguma forma. Por favor.

O SR. IVAN CÁCERES – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Antes de finalizar e apresentar os encaminhamentos, pergunto se há alguém que queira fazer mais alguma fala. (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sim. O Cachoeira.

Faço a mesma pergunta aos que estão *on-line*. (Pausa) Informo a presença do Sr. Alessandro Azevedo, representante do Deputado Federal Alexandre Padilha, e da Mônica Seixas, Deputada Estadual. (Pausa)

Espere só um pouquinho. Deixe-me organizar. Primeiro, receber a Deputada

Estadual Mônica Seixas, do PSOL. Muito obrigada pela presença. (Palmas)

Segunda coisa, de vocês quem é que quer falar, para poder se colocar? Façam uma fila e, aí, vocês se apresentam. E as pessoas que estão virtualmente. Depois, eu passo a palavra à Deputada.

A SRA. FABIANE – Meu nome é Fabiane. Eu sou Servidora Pública da Secretaria Municipal de Saúde. Trabalho no Ponto de Economia Solidária e com as minhas colegas, fizemos uma carta, que eu vou ler rapidamente.

“Nós, trabalhadoras do SUS, Servidoras Públicas diretamente ligadas à Secretaria Municipal de Saúde, área técnica de saúde mental, entendemos que este equipamento possui fundamental importância, tanto no que se refere ao contexto de geração de trabalho e renda para as pessoas diretamente atingidas por um sofrimento psíquico, em tratamento e em processo de reabilitação psicossocial, eixo 7 da Rede de Atenção Psicossocial, mas também como um local de acolhimento à comunidade do território. Portanto, um local onde a diversidade é desejada e desejável. Um local onde as diferenças são consideradas por suas potencialidades.

No Ponto, as pautas da saúde mental estão no cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores, bem como da população que lá frequenta. Podemos citar o Cine Clube, onde são exibidos filmes que, muitas vezes, tratam da temática da saúde mental.

Este equipamento de Saúde é inovador dentro das políticas de saúde mental do Município de São Paulo. Aqui, o paciente do CAPS se desloca da condição de sua doença para uma condição de trabalhador e trabalhadora, dono e dona de seu próprio empreendimento; adquire novos aprendizados, inclusive em termos de sociabilidade, e se sente pertencente e valorizado dentro do coletivo.

Sabemos que em uma concorrência por uma vaga de emprego, no mercado de trabalho, as potencialidades dessas pessoas não são vistas. Os preconceitos, em torno da doença, se sobressaem. Muitos deles chegam a nos referir quantas entrevistas fizeram e não foram chamados, o que é causador de mais sofrimento.

Assim, reiteramos: o Ponto é o local onde as pessoas com sofrimento psíquico

encontram a possibilidade de se sentirem capazes e integradas à sociedade; é um espaço de convivência e trocas intensas; é o espaço onde lhes é possível garantir a renda necessária para viverem no paradigma da economia solidária.

Também se verifica que o Ponto Butantã tem um papel abrangente de saúde e prevenção de doenças também para a comunidade, na medida em que os empreendimentos lá inseridos trabalham com produtos orgânicos e sustentáveis. A preocupação com a saúde se manifesta em todos os setores em que os empreendimentos do Ponto atuam, seja na cozinha, com a Comedoria Quiririm, com a redução do uso de sal e açúcar e a oferta de comida orgânica; seja na Livraria Louca Sabedoria, com o sebo, que possibilita a circulação de livros usados, o que minimiza o impacto ambiental.

Vale destacar que este equipamento de saúde também é espaço de aprendizagem. Recebemos regularmente estudantes de escolas públicas e privadas, estudantes universitários e, também, pós-graduandos. Além disso, o Ponto também é tema de diversas pesquisas científicas no nível de mestrado.

No Ponto, a produção de saúde é no fazer do dia a dia, dia a dia esse permeado de aprendizados e luta, muita luta.

Terminamos esta carta com uma frase linda e impactante de uma trabalhadora do Ponto, a Risonete. Ela diz que o Ponto é o último oxigênio dela. Portanto, vamos permitir mais e mais oxigênio para a nossa população”. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Luana Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito bem.

Passo a palavra ao Professor Bernardo, do Instituto de Psicologia da USP.

O SR. BERNARDO – Boa tarde a todas, todos e todes.

Só queria chamar a atenção para um ponto que foi a quantidade de apoio e de manifestos de várias universidades, da cidade de São Paulo, em apoio ao Ponto de Economia Solidária. Isso é uma coisa muito importante porque enfatiza a importância do Ponto de Economia Solidária na rede de atenção psicossocial, enfatiza o caráter inovador do equipamento.

E todas essas parcerias com as universidades da Cidade, vão mostrando, a partir de resultados que estão divulgados – e nós podemos oferecer isso para a Secretaria, para as negociações –, mostra a importância que tem a economia solidária para a promoção da saúde mental.

Além disso, os processos de enraizamento, que já aconteceram e acontecem no Ponto, e o aspecto da geração de renda que fazem com que o lugar seja um aspecto importante no trabalho. Então, só enfatizado o que já falou o Ivan, não é uma coisa simples uma mudança de lugar. Então, todos esses resultados de pesquisas e de parcerias com as universidades estão documentados e estão à disposição para as negociações, para as comissões, mostrando tanto a importância do Ponto quanto esse processo de enraizamento territorial que ele promove para todas as trabalhadoras e para todos os trabalhadores.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Eu vou pedir para todos que forem falar agora, tanto a Deputada Mônica, quanto a Professora Ana, que se atentem aos três minutos para que consigamos escutar todos antes do final da audiência.

A SRA. MÔNICA SEIXAS – Boa tarde a todas e a todos.

Eu sou Mônica Seixas, Co deputada estadual e também sou usuária do serviço de atendimento à saúde mental. Eu sofro de ansiedade generalizada. E, nesse processo, eu descobri que o acesso à saúde mental – porque a doença mental é uma epidemia no Brasil, que atira as pessoas à fome, à miséria e a diversos tipos de violência – ainda não é integral. Nós ainda não temos o acesso integral ao atendimento à saúde mental. Foi muito difícil o meu diagnóstico. Eu passei por muitos cardiologistas, por clínicos gerais e *etc.* para entender que era emocional. E, depois, foi um longo caminho para achar uma terapia, um lugar e uma comunidade que voltasse a dar sentido à minha vida e, por isso, eu entendo muito a frase da usuária que diz que precisa desse oxigênio.

Quero saudar a organização da atividade. Quero saudar a organização do EcoSol. Estou em uma disputa, neste momento, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado de São Paulo, que estará em votação a partir de hoje, na Assembleia Legislativa, para ampliar recurso

à assistência à saúde mental, a fim de que assegurar que todas as pessoas tenham um EcoSol disponível para se cuidarem e se recuperarem. (Palmas)

E é por isso, também, que estou aqui. Quero pedir uma ajuda. Estou fazendo uma imersão, uma volta, um rolê aos trabalhos reconhecidos pelo Estado, para aprender um pouco mais sobre o que já existe e dá certo, para votar a ampliação. E quero me colocar à disposição.

O Instituto Butantan, que é uma ferramenta importante também da ciência, no Estado de São Paulo, e reconhecido por todos nós, tem o meu respeito, é um instituto do Estado de São Paulo. Nós tivemos, aqui, uma dura batalha para defendê-lo da gana privatista de João Doria, mas que não pode atravessar um importante trabalho como é o EcoSol.

Quero colocar o nosso mandato à disposição para dialogar com o Instituto Butantan, para que possamos mediar esse conflito para que o Instituto Butantan tenha as suas necessidades de ampliação atendidas, mas que não passe por cima da necessidade e da existência do EcoSol. Então, passei aqui para conhecê-los e reconhecê-los e para colocar também o nosso mandato à disposição nessa disputa. E também para pedir essa ajuda. Devo agendar com vocês uma imersão e uma visita ao ecoponto de vocês logo, logo.

Contem com o nosso mandato. Muito obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Juliana Cardoso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito obrigada, Deputada.

Tem a palavra a Professora.

A SRA. ANA LUÍSA ARANHA E SILVA – Boa tarde a todo mundo.

Eu sou a Presidenta da Associação Vida em Ação. Fazemos a gestão contábil do Ponto Butantã.

Nós não estamos discutindo espaço físico ou prédio. Nós estamos discutindo visão de mundo, posição e função social. Isso é o que nós estamos disputando aqui: a vitória de um projeto de uma tecnologia social absolutamente exitosa que é uma forma de mostrar a possibilidade completa da reforma psiquiátrica brasileira antimanicomial.

A nossa forma de organização da economia solidária possibilita o acesso dessas

pessoas que têm dificuldade de acessar um posto de trabalho no mercado capitalista.

Então, não estamos discutindo prédio. Esta Casa é uma Casa de Leis. E nós temos uma experiência concreta absolutamente vitoriosa. Temos que transformar isso em lei. Temos que fazer a Lei Paul Singer sair do papel. Fazer o instrumento da economia solidária neste Município se reproduzir e se transformar, de fato, numa experiência legislativa imposta pela vontade do que a gente está fazendo aqui. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Professora.

Tem a palavra a Marta, por trinta segundos.

A SRA. MARTA PIMENTA – Meu nome é Marta Pimenta. Eu sou da Rede Butantã, moradora do Butantã há cinquenta anos.

Eu queria destacar uma coisa que acho importante: o Ponto de Economia Solidária não é só um espaço de cuidado da saúde mental para os seus trabalhadores e para os usuários do CAPS. É um espaço de saúde mental para a sociedade civil do Butantã, um espaço onde a gente pode se encontrar, compartilhar, aprender e conversar muito.

Então, eu queria convidar a todos para a reunião da Rede Butantã, quarta-feira, no Ponto, à tarde. Quero convidar a todos e autoridades presentes. É muito bom quando podemos ter os representantes dos espaços. Temos tido a participação da Subprefeitura e gostaríamos de ter, também, a participação do Instituto Butantan, da Secretaria de Saúde, para conversar com a sociedade civil que está sempre muito organizada no Butantã.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada.

Natália, mesmo que você esteja nesta audiência pública como ouvinte, acho que já tem um bom entendimento sobre os passos que a Prefeitura está dando, que a Comissão de Saúde vai dar, que a gente vai acompanhar *pari passu*.

Ivan, veja se podemos encaminhar com a Secretaria de Saúde, conforme o Vereador Eduardo Suplicy, conversando com a Vereadora Luana, para termos, especificamente, para podermos acompanhar, porque eu sei que a Prefeitura está andando bem, mas a dificuldade,

Deputada, é com o Instituto Butantan.

Vamos pensar se, daqui a vinte dias, podemos nos reunir novamente, já com esse dado mais específico da Secretaria, porque a Subprefeitura está mais adiantada, com um documento que pode ajudar a encaminhar por SEI, não só para a Saúde, mas, se puder mandar também para a Comissão de Saúde ajuda muito para que a gente se organize também. Na próxima quarta-feira ainda tem Comissão de Saúde. Vou deixar uma audiência pública já pensada para após o recesso porque já teremos nos reunido numa audiência um pouco maior, para poder falar com todo mundo mais abertamente, com a presença da Casa Civil, com certeza.

Então, podemos encaminhar assim? (Pausa) Não estou vendo quem está falando, mas se a Natália puder se pronunciar, se ficou bem claro especificamente para ela sobre essa audiência pública e esse encaminhamento que nós vamos tomar. Já deixando claro que nós queremos dialogar com o Instituto Butantan, tudo bem, Natália?

A SRA. NATÁLIA AMBRÓSIO – Vereadora, eu agradeço a manifestação de todos. Acompanhei e estou ciente de todos os encaminhamentos que serão dados. Reitero a vontade, claro, repito a minha posição como ouvinte aqui, mas para ficar claro que o Instituto Butantan sempre esteve disposto ao diálogo. Acho que todos que se manifestaram a respeito de alguns vieses, colocaram que se reuniram com o Instituto Butantan. Então, o Instituto sempre esteve e está disposto ao diálogo.

A gente permanece solicitando o convite para quaisquer reunião e audiência pública. Estou ciente de todos os encaminhamentos.

Reitero: estamos sempre à disposição. O Instituto não tem a intenção, sabe da importância do Ponto. E nunca foi a intenção desprestigiar, desqualificar a importância desse trabalho desenvolvido. O Instituto tem plena consciência. A questão é apenas em relação ao local, ao imóvel, não em relação ao trabalho. Mas eu me restrinjo aqui e permanecemos à disposição.

Agradeço a todos.

NÃO IDENTIFICADO – Juliana, deixa eu dar um toque para a Advogada Natália,

porque, se o Instituto Butantan estivesse a fim de discutir, estaria aqui com a gente. Estaria nesta audiência, porque foi falado para ele estar. (Palmas)

Então, existe uma diferença brutal entre o discurso e a prática. Eles abriram licitação para colocar uma rua em cima desse trabalho que eles estão falando. Eles são mentirosos. Se fosse tratar um ente público como participação, mas como a maldita gestão do Dória, trata o ente público como uma gestão privada. E não pode ser isso.

O Instituto Butantan é fundamental para o país, mas é importante ele perceber que nós não somos números, nós somos gente, e esse trabalho é fundamental. Participem. (Palmas) E não venham com mentira. Esse terreno não é do Instituto Butantan. (Palmas) Pode falar para a direção: quer participar venha na Casa do Povo com o povo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Gente, deixa que eu encaminhe, porque, literalmente, já fechou o tempo.

Encaminhamentos: daqui a 15 ou 20 dias vamos nos organizar como um grupo de trabalho. Agora, grupo de trabalho não é plenária. Então, quero combinar com o conselho, para não termos problema com o Instituto Butantan, porque se ele não está presente, estaremos organizados e dialogando com a Prefeitura.

Vamos deixar uma audiência marcada antes do recesso para não terem a desculpa que o Instituto não esteve presente porque não tinha agenda.

Acho importantes as Notas Taquigráficas desta audiência pública. Peço à Secretaria da Comissão que mande as Notas Taquigráficas para o Instituto Butantan, para o Governador Rodrigo Garcia e para o Prefeito da cidade de São Paulo - sobre esta audiência pública pela Comissão de Saúde.

Aos demais muitíssimo obrigada a todos, todas e todes. (Palmas)

A SRA. LUANA ALVES – Obrigada, gente.

A SRA. SONIA IMPÉRIO HAMBURGER – Eu só queria perguntar sobre a ALESP, se a gente vai ter alguma ... qual o encaminhamento junto a nossa Casa do Povo Estadual?

A SRA. MÔNICA SEIXAS – Eu consigo.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – *Tá.* A gente vai fazendo as tratativas com a Deputada.

Gente, muitíssimo obrigada. Parabéns a todos, todas e todes. Vamos juntos, caminhando, para fazermos a construção da luta. (Palmas)

Encerrada a discussão desta audiência pública. Muitíssimo obrigada.

- Manifestação da plenária: “Ponto da saúde, trabalho e vida”.

- Manifestação da plenária: “O Ponto fica”.